

DELINQUÊNCIA: ETIOLOGIA. Desenvolvimento de um Modelo Explicativo.

Luiz Pasquali,
Universidade de Brasília
Ângela de Alencar Araripe Pinheiro,
Universidade Federal do Ceará
Vera Maria Leal Moreira Lima

RESUMO - O estudo delinea os parâmetros básicos das principais teorias sobre a etiologia da delinquência até 1980. Apresenta como conclusão, um modelo único que integra todos os modelos expressos naquelas teorias e apresenta dados de pesquisas empíricas que suportam este modelo.

ETIOLOGY OF DELINQUENCY: DEVELOPMENT OF AN EXPLANATORY MODEL

ABSTRACT - The study is a theoretical one, which designs the major theories, up to 1980, regarding the causation of delinquency. A model is presented which integrates into one body all the variables involved in those theories. Empirical evidence is offered which supports the integrative model.

INTRODUÇÃO

O tema delinquência recai sobre uma das preocupações mais proeminentes e atuais da sociedade brasileira, a saber, a violência, na qual a delinquência tem um papel relevante.

Verifica-se que, nos assaltos, assassinatos, etc, que ocorrem no dia-a-dia, menores de idade estão presentes numa proporção bastante elevada.

O presente estudo focaliza a atenção sobre a etiologia da delinquência, considerando que, em detectando as causas, teremos bases para programas de ação preventivos, os quais são muito mais efetivos do que uma abordagem curativa de solução do problema de delinquência.

Entendemos por delinquência o conjunto de comportamentos, que, praticados por indivíduos que não atingiram ainda a maioridade civil, dentro de um contexto social, representam uma violação à lei.

Entretanto, no contexto da presente exposição teórica, delinquência assume uma conotação ampla, a de desviância, mais do que a restrita acima explicitada. Tal extensão se deve a que 1) as teorias enfocam a questão às vezes no sentido estrito e outras em sentido mais amplo de desviância, seja individual (delinquência), seja de grupo (criminalidade) e 2) o modelo a ser proposto se aplica a qualquer dessas noções, embora ele seja mais diretamente dirigido para a conceituação de delinquência (especialmente juvenil). Talvez a expressão desviância fosse a mais apropriada no caso, mas optamos por delinquência por ser expressão de uso mais corrente.

Visão dos modelos teóricos da etiologia da delinquência

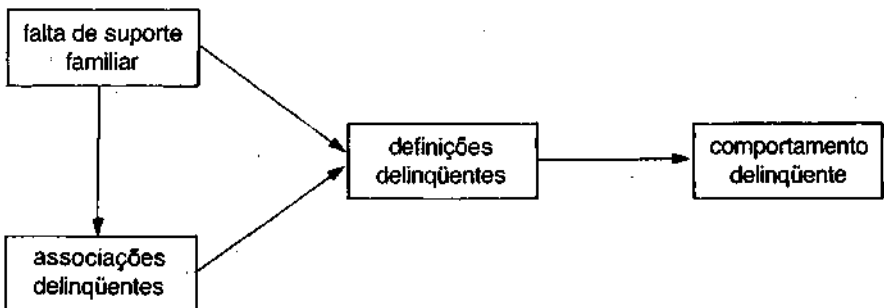
Pretende-se, com o presente estudo, se chegar a um modelo explicativo abrangente da etiologia da delinquência. Uma exposição dos principais modelos existentes na literatura deverá oferecer subsídios para tal empreitada. A literatura em que se baseia este trabalho focaliza os estudos feitos até 1980. Encontra-se nesta literatura uma série de modelos que constituem ainda hoje modelos clássicos da etiologia da delinquência. Os mais representativos deles serão detalhados a seguir.

Teoria da Associação diferencial

Na sua forma mais simples, a teoria da associação diferencial, de Sutherland (1966), mantém que delinquência se constitui num resultado de um excesso de definições favoráveis à violação da lei, em comparação com definições desfavoráveis à mesma violação.

As definições favoráveis à violação da lei podem derivar da família e, em simultâneo, o fracasso da família na integração do jovem dentro do lar pode resultar no aumento de associação com outros delinquentes, fora de casa.

Essa teoria posiciona uma relação na qual a família pode ter um efeito causal direto tanto sobre as associações delinquentes como sobre definições delinquentes e um efeito indireto nas definições delinquentes, mediado por associações delinquentes. O comportamento resulta diretamente das definições delinquentes. Esta teoria pode ser esquematizada na seguinte ilustração:



A teoria tem recebido bastante simpatia de vários pesquisadores, mas tem, igualmente sido criticada sobretudo pela dificuldade que os pesquisadores encontram na operacionalização de conceitos como "definições delinquentes" (McCartney, 1974).

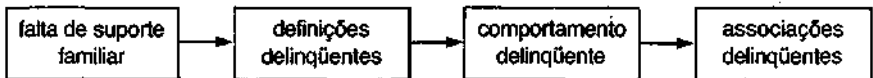
Teorias do controle social

Há uma divisão entre os proponentes desta teoria, representada pelos Gluecks e por Hirschi, considerados expoentes dentre os defensores da mesma.

Modelo dos Gluecks

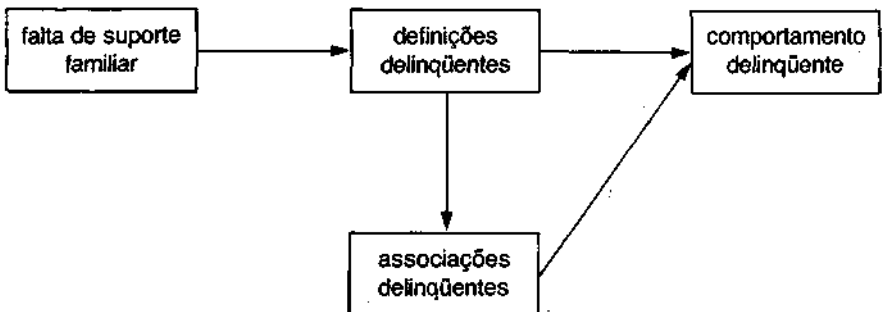
Defende este modelo que o comportamento delinqüente produz associação delinqüente. O comportamento delinqüente se origina, em parte, pela interação falha da família, ou seja, pela quebra do suporte familiar. Esse construto é definido pelos Gluecks (1950, 1968) como uma patologia familiar, na qual a indiferença emocional dos pais e a falha da sua supervisão são traços freqüentes.

A quebra do suporte familiar dá bases a emoções delinqüentes ou definições, que são conceituadas como atitudes favoráveis à violação da lei. Essas definições delinqüentes levam a comportamentos delinqüentes. O esquema que segue ilustra este modelo:



Modelo de Hirschi

Hirschi (1969, 1973) concorda com a afirmação de que o comportamento delinqüente é produto da interação familiar. O suporte familiar fraco leva a definições favoráveis à violação da lei, por ele definidas como baixo nível de conformidade. Essas definições favoráveis à violação da lei podem resultar tanto em comportamento delinqüente, como em associações delinqüentes. Portanto, Hirschi difere dos Gluecks na medida em que diz que comportamento delinqüente e associações delinqüentes são efeitos independentes de definições delinqüentes, e comportamento delinqüente é o efeito, e não a causa, de associação delinqüente. O esquema do modelo de Hirschi seria, então, do seguinte formato:



Hirschi defende que rapazes com níveis altos em conformidade, ou seja, com definições desfavoráveis à violação da lei, são improváveis tanto de se engajarem em associações delinqüentes, como de apresentarem comportamentos delinqüentes.

tes, sendo que, quanto maior o nível de conformidade menor o impacto de associações delinquentes levando a comportamento delinquente. As associações delinquentes são a causa de comportamento delinquente entre rapazes que possuem um nível relativamente igual de conformidade.

Em síntese, pode-se dizer que jovem com definições favoráveis à violação da lei, ou seja, com baixo nível de conformidade, é levado tanto a comportamento como a associações delinquentes. Rapazes com alto nível de conformidade, ou seja, com definições desfavoráveis à violação da lei, têm pouca probabilidade de se engajarem tanto em associações quanto em comportamento delinquentes. No entanto, caso esses últimos rapazes se engajem em associações delinquentes, quanto maior for seu nível de conformidade menor a chance de chegar a se envolverem em comportamentos delinquentes em consequência dessa associação delinquente. No que se refere a rapazes com nível de conformidade médio, associações delinquentes levam a comportamento delinquente.

Teorias da sub-cultura

Duas teorias se destacam com relação a essa temática.

Teoria da oportunidade: Defendida por Cloward e Ohlen (1960), essa teoria afirma que sub-culturas criminais são desenvolvidas como uma resposta a problemas coletivos de pessoas, cujo acesso às oportunidades legítimas para o sucesso é falho. O gigolô e o gangster representam símbolos para os integrantes dessas sub-culturas, desde que consigam alcançar o sucesso, por vias não legítimas. Sucesso constitui-se em objetivos culturalmente definidos, tais como sucesso monetário e prestígio. Esta teoria tem servido de base para programas de ação do governo, da cidade de Nova Iorque, dirigidos para a redução do crime, através de educação, treinamento vocacional, empregos, o que resultaria num aumento de oportunidades das pessoas carentes ao sucesso.

Teoria da sub-cultura não-utilitária: Teoria defendida por Cohen (1955,1965); a teoria se focaliza nas diferenças das culturas da classe média e classe trabalhadora. As sub-culturas delinquentes constituem um tipo de formação reativa, na medida em que os jovens integrantes da classe baixa rejeitam, ativamente, os padrões da classe média, substituindo-os por outros valores, tais como malícia, prazer imediato, negativismo e negação do desempenho de papéis culturalmente úteis. Para Cohen, delinquência representa a solução para os problemas de frustração de status e o jovem delinquente pode ganhar status através de sua dureza e destrutividade.

Teoria do auto-conceito

Reckless (1967) e Reckless e colaboradores (Reckless, Dinitz & Kay, 1957) apresentam o auto-conceito como um construto para explicar o intrigante problema de por que alguns jovens, que crescem em vizinhanças anômicas, não se tornam delinquentes. Propõem, com efeito, que o auto-conceito dos jovens, concebido como "bom" ou "mau", age como mediador entre as pressões da má vizinhança e a delinquência.

Fannin e Clinard (1965) definem auto-conceito favorável à delinquência em

termos de dureza, esperteza e masculinidade. Auto-conceitos favoráveis ou positivos consistiriam em resistir às tentações e pressões que possam levar o jovem a cometer atos delinquentes e vice-versa.

Teoria da rotulação

O foco da teoria da rotulação está nos processos de controle social ou na reação social à desviância.

Becker (1963) e Goffman (1963) afirmam que alguns grupos detêm o poder e que esses grupos aplicam rótulos, tais como criminoso, doente mental, que estigmatizam aqueles que não detêm o poder.

Tannenbaum (1938) formulou algumas antecipações à teoria da rotulação, pela generalização do termo "dramatização do mau", utilizado para descrever o processo pelo qual a comunidade etiqueta, define, identifica, segrega e torna o indivíduo desviante auto-consciente. Em conseqüência, o desviante não tem habilidade para escapar à reputação que lhe é imposta pela comunidade.

Um aspecto importante a destacar da contribuição de Becker seria seu posicionamento no que concerne ao papel do cientista, em termos da sua contestação da posição de neutralidade de "valor" que se constitui numa posição positivista. O cientista está quase sempre comprometido, em termos ideológicos, nas esferas pessoal, social, política, econômica, o que implica em vieses implícitos nos seus estudos.

Um exemplo claro do que foi afirmado é o fato de que, enquanto nos EUA prosperam pesquisas concernentes à emancipação da mulher, no Irã não se tem notícia de qualquer estudo neste respeito.

Duas importantes direções são legadas por Becker aos estudos da delinqüência:

1) focalização nos processos econômicos e políticos, pelos quais se criam e se reforçam as regras e a moral;

2) focalização na trajetória da desviância, como uma seqüência de experiências sociais, durante as quais a pessoa adquire uma concepção do significado do comportamento e percepções de objetivos e situações, todos os quais fazem a atividade possível e desejada.

Lemert (1951, 1972) introduziu um novo conceito, o de desviação secundária. Sua explicação é basicamente a seguinte: o desvio primário, tal como o crime, o alcoolismo, o vício em drogas, que se originam numa variedade de fatores sociais, psicológicos, culturais e fisiológicos, tem como conseqüência para os indivíduos com esses desvios sua deparação com problemas morais, que giram em torno de estigmatização, punição e segregação. A resposta do desviante a esses problemas, que se tornam cruciais em sua existência, pode alterar sua estrutura e, então, ele se concebe como um desviante, o que consiste na desviação secundária. Assim, a rejeição pela comunidade da normalidade do desviante mantém a desviância.

Em síntese, a perspectiva da rotulação enfatiza a correção dos vieses dos estudos da delinqüência, vieses resultantes da aceitação, como realidade verdadeira, das explicações e critérios oficiais da delinqüência. Becker acentua que os pesquisadores devem decidir sobre a questão: "de que lado nós estamos?"

Note-se ainda que esta teoria da rotulação serviu de base para a teoria fenomenológica e da nova teoria do conflito.

Teoria fenomenológica

Esta teoria enfatiza a problemática da vida do dia-a-dia e examina como seu participante, incluindo o delinqüente, constrói seu sentido próprio do contexto social de ação de seu cotidiano (Schutz, 1953; Garfinkle, 1968).

Matza (1964) levantou uma hipótese, como uma alternativa para o determinismo forte proposto pela teoria sub-cultural, atribuindo um "determinismo leve", em termos de que o delinqüente assume comportamentos flutuantes entre ação criminal e convencional, sem, contudo, manter um compromisso forte em ser ou não seguidor da lei.

Nova teoria do conflito

Esta teoria possui conexão com a teoria do conflito de Marx e é suplementada pelas idéias fenomenológicas para construir uma visão do crime como uma "realidade social" (Turk, 1966; Quinney, 1970).

A realidade social, incluindo regras e leis, é construída por grupos poderosos, que se utilizam de agentes de controle, visando a reforçar sua interpretação dos acontecimentos. Estes agentes de controle constituem-se em polícia, professores, psicoterapeutas, justiça e religião oficial do país. Assim, uma teoria real do crime deve ser capaz de explicar a dialética existente entre as versões institucionais e as subjetivas individuais para a realidade.

Outras contribuições

Eysenk (1970) empreendeu esforços para entender a terminologia do condicionamento behaviorista, sugerindo que a quebra de uma "consciência" condicionada efetivamente explica a criminalidade.

Cortes e Gatti (1972) sugerem uma explicação bio-psico-social para a delinqüência, segundo a qual o somatotipo, a necessidade de realização e o controle dos pais são fatores que interagem na delinqüência.

Um trabalho genético desenvolvido pelo National Institute of Mental Health (NIMH, 1970) sugere que certos indivíduos, que possuem gens mutantes - cromossoma XYY - são predispostos a cometerem crimes violentos. Existe uma antecipação de futuras pesquisas na área, pela popularidade de argumentação etiológica, segundo a qual a espécie humana seria inatamente agressiva (Lorenz, 1967).

Em conclusão, pode-se verificar que várias teorias, baseadas em estudos sociológicos, tais como as teorias da sub-cultura, a do auto-conceito, do rótulo e suas derivadas, são posições que contestam a visão positivista tradicional, anteriormente seguida fielmente nos estudos da delinqüência. No entanto, pode-se observar que algumas teorias ainda guardam bem sua influência. Porém, pode-se dizer, como uma impressão geral atual e uma previsão dos estudos futuros, que as pesquisas são e serão levadas a uma posição cada vez mais flexível, saindo daquela rigidez inicial.

Um modelo integrativo

A partir dos modelos teóricos anteriormente descritos, elaborou-se um modelo

que representasse uma tentativa de integrar o conteúdo de cada um deles, de modo a proporcionar uma visão mais completa, e talvez assim mais realista, sobre a etiologia da delinqüência. Tal modelo pode ser visualizado na Figura 1.*

De acordo com as teorias de base sociológica vistas acima, enfatizando a teoria da rotulação proposta por Becker, o **poder** é representado por grupos que detêm o poder, num momento dado, em termos do controle da ordem vigente na realidade em estudo. Este poder elabora as **leis**, as quais se constituem no instrumento dos referidos grupos para o exercício do controle da ordem, utilizando, para tanto, agentes, tais como polícia, justiça, tratamentos psicoterápicos, sistema educacional e religião oficial da sociedade em pauta. Tal instrumento é criado, modificado e anulado, de acordo com os interesses desses grupos. Em consequência dessas leis, haveria comportamentos considerados "certos" e "errados", os quais, de acordo com esta rotulação, caso o indivíduo exerça comportamentos "errados" receberá um **rótulo**, ou seja, uma estigmatização social imposta, devido a comportamentos que não correspondem ao cumprimento da lei em vigor.

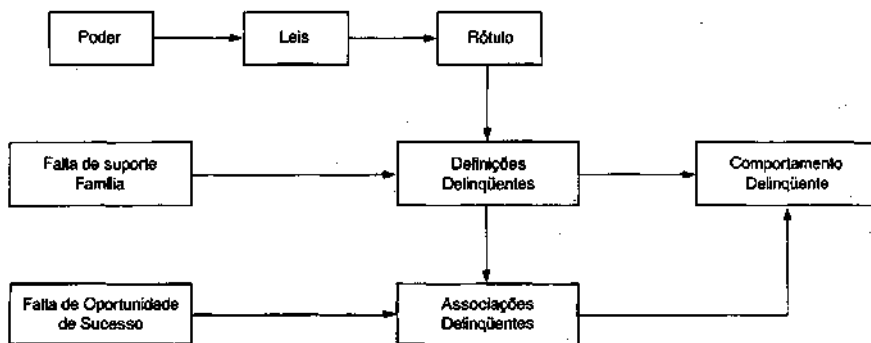


Figura 1 - Modelo integrativo da etiologia da delinqüência

Definições delinqüentes não parecem assumir conceituação unívoca, pois admitem variadas conotações. Embora estas surjam de modelos epistemológicos diferentes, para fins de variáveis do modelo as definições delinqüentes, em suas várias acepções não são contraditórias. Concebidas dentro de um modelo da estrutura latente, definições delinqüentes podem ser respectiva ou conjuntamente atitudes favoráveis à violação da lei (Gluecks), baixo nível de conformidade (Hirschi), auto-conceito expresso em termos de "mau" sujeito (Reckless e colaboradores), auto-definição em termos de dureza, esperteza e/ou masculinidade (Fannin e Clinard), auto-definição como delinqüente que dá o sentido de vida assumida para o sujeito (teoria fenomenológica). Enfim, se refere a fatores internos de atitudes, sentimentos, intenções, valores e motivações orientados para a violação da lei, da norma ou do con-

* Por falta de evidência empírica convincente, uma cadeia de variáveis que partisse de fatores mais fisiológicos (tipo Lorenz, 1967, e a teoria dos cromossomos XYY) não é incluída no modelo.

senso do que é certo e errado numa dada sociedade ou cultura. Estas definições delinquentes podem ser até entendidas dentro de um contexto behaviorista, na medida em que representariam cristalizações ("estruturas") de uma história de condicionamento.

As definições delinquentes levam ao **comportamento delinquente**. Novamente a relação entre as duas variáveis pode ser entendida tanto como um condicionamento na história do sujeito, quanto como conexão que estabelece, por exemplo, a teoria de Fishbein e Ajzen (1975) entre atitude-intenção-comportamento, onde a seqüência de eventos é praticamente fatal. Ou ainda, pode ser entendida dentro do contexto da teoria do equilíbrio ou da dissonância cognitiva, onde o comportamento deve ser congruente com a representação cognitiva para o bom funcionamento do organismo. Em síntese, a explicação teórica que está subjacente à relação definições delinquentes e comportamento delinquente parece irrelevante no caso, porque ela é oriunda de um modelo estrutural enquanto a relação das variáveis do modelo explicativo proposto surge de uma preocupação de modelo causal.

O rótulo afeta as definições delinquentes, no sentido em que o jovem se considera "mau", por sua situação, como estando fora da lei.

Existe uma relação de causalidade entre **falta de suporte familiar** e definição delinquente. Falta de suporte familiar é aqui definido como uma patologia familiar, na qual a indiferença emocional dos pais e a falta de sua supervisão são traços frequentes, representando uma incapacidade da família em prover as necessidades afetivas dos jovens.

Definições delinquentes tanto podem levar a comportamentos delinquentes, como a **associações delinquentes**, que, também, são afetadas pela **falta de oportunidade de sucesso**, que significa dificuldade em atingir o que é considerado sucesso na cultura vigente, através dos meios permitidos pela lei. Associações delinquentes, por outro lado, são engajamentos em grupos de delinquentes que representam uma sub-cultura, na medida em que adotam um conjunto de valores próprios, que divergem das normas ditadas pelas leis em curso. As associações delinquentes, tal como as definições delinquentes, levam a comportamentos delinquentes.

Pesquisas empíricas que suportam o modelo integrativo

. Estudos empíricos que relacionam delinquência aos fatores defendidos, pela teoria da rotulação são raros de se encontrar. No período estudado da literatura, os autores do presente trabalho encontraram poucos estudos especificamente orientados neste sentido. Contudo, a relação poder-rótulo-delinquência parece continuar sendo importante alternativa de explicação em várias situações de comportamento associadas. Pode-se, por exemplo, conjecturar que tal seria o caso em delinquentes sem problemas graves pessoais ou familiares e a quem não faltam oportunidades socialmente aceitáveis de inserção social. Essa situação parece mais comum em delinquentes que abusam ou que começaram abusando de drogas, sobretudo drogas mais leves, como a maconha. A sociedade rotula de "errado", fumar maconha e os jovens que, por inexperiência ou procura de solução de seus conflitos normais de adolescência ou simplesmente por procura de novas experiências, se entregam a este uso, facilmente podem assumir tal rótulo de delinquente (definições delinquentes) e a ele se identificar. Os estudos nesta perspectiva da rotulação se concentram

mais sobre os agentes que geram e põem em vigor os rótulos, do que sobre o próprio delinqüente. Assim, alguns acentuam a influência da polícia (Skolnick, 1966), as cortes juvenis (Langley, 1972) e os próprios vieses dos pesquisadores da área (Scheff, 1964), além de outros poderosos que criam, modelam e anulam leis (Roby, 1969; Galliher & McCartney, 1973; Chambliss, 1964).

Por outro lado, são abundantes os estudos empíricos que mostram a relação da problemática familiar e social com a delinqüência. Poucos, no entanto, restringem suas conclusões à problemática puramente social de falta de oportunidade na origem da delinqüência, como é o caso do estudo de Jarvis e Messinger (1974). A maioria dos que insistem na explicação baseada na falta de oportunidades sociais, associam também à problemática da família.

O estudo de Jarvis e Messinger (1974) reforça a explicação da delinqüência baseada em circunstâncias do nível sócio-econômico. Eles fizeram uma análise de regressão múltipla sobre os dados do censo canadense de 1965. Verificaram correlações de 0,81 entre delinqüência e pobreza, 0,75 com moradias velhas, 0,27 com densidade populacional da região e 0,37 com densidade da família nuclear, aparecendo claros os efeitos dos fatores sócio-econômicos na delinqüência.

Assim também Vinson e Homel (1975) demonstraram que as variáveis contata com agências sociais, vadiagem e desemprego, constituíram em combinação um "fator de alto risco" que pode identificar aglomerados habitacionais de perigo especial para o desenvolvimento de patologia médico-social. Concluem que delinqüência é uma característica central da estrutura de desvantagem social.

Uma série de outros estudos mostra a convergência de fatores sócio-econômicos e familiares sobre a delinqüência. Wilson (1975), numa pesquisa com 56 famílias de delinqüentes (n=85) de zona metropolitana pobre e 56 famílias de não delinqüentes (n=57), também de zona pobre e mais famílias de 117 jovens estudantes das mesmas escolas dos jovens citados, mas cuja família não era pobre, verificou que delinqüência correlacionava significativamente tanto com atraso social da família (pobreza) quanto com o nível de criminalidade verificada nos pais. O estudo confirma o impacto do conjunto de fatores da criminalidade juvenil estabelecidos por West (1973): baixa renda, alta taxa de densidade familiar, criminalidade dos pais, baixo nível intelectual e comportamento depauperado dos pais.

Blakely, Stephenson e Nichol (1974) estudaram uma amostra randômica de 50 delinqüentes e 50 não delinqüentes de Vancouver (Canadá), coletando dados sócio-demográficos da família (idade, peso, número de filhos, ocupação dos pais etc.) e levantando a interação na família (status da família, papéis dos pais, atitudes dos pais, disciplina etc.). Verificaram novamente a relação delinqüência e nível sócio-econômico baixo; constataram também que delinqüência é função, por um lado, de pais incapazes de controle de família, seja por incapacidade disciplinar, seja por não se apresentarem como modelos adequados de imitação, e por outro lado, de conflitos emocionais na família e falta de relacionamento afetivo.

Estudando uma amostra de 330 jovens delinqüentes e não delinqüentes (14-18 anos), Smith e Walters (1978) puderam estabelecer uma relação significativa entre delinqüência, de um lado, e, do outro, falta de interação afetiva por parte do pai e um envolvimento geral fraco por parte do mesmo com os filhos e grande envolvimento por parte da mãe com os mesmos. Constataram, ainda, nos delinqüentes um alto sentimento de anomia e a situação bastante comum deles procederem de famílias dissolvidas.

Aliás, famílias dissolvidas, quase sempre significando ausência do pai, deram ensejo a muitos estudos que relacionam problemas familiares com a delinqüência. A relação entre lares desfeitos e delinqüência não tem sido, contudo, claramente estabelecida, uma vez que ausência de um dos pais ocorre mais sistematicamente em classes baixas, donde surge a dificuldade de discriminar efeitos de ausência de pais com problemas sócio-econômicos. McCord e McCord (1958) já haviam concluído que lares negligenciados ou com desavenças precipitam a delinqüência em maior escala do que lares desfeitos. De fato, Marino e McCowan (1976), numa revisão da literatura empírica sobre a influência da ausência dos pais sobre os filhos, ressaltaram várias dificuldades sérias de metodologia, sobretudo a não distinção entre o controle das variáveis envolvidas: ausência dos pais, nível sócio-econômico da família, relacionamento deficiente entre os membros da família e as próprias deficiências de personalidade dos pais. Concluem, contudo, que, de um modo geral, famílias com ausência de um dos pais têm apresentado maiores índices de delinqüência juvenil. Parece legítimo, dizem eles, se poder concluir que o efeito da ausência dos pais sobre a delinqüência dos filhos seja indireto, uma vez que a mesma proporciona a instalação de uma patologia familiar, sendo esta sim causa direta da delinqüência.

A ausência do pai, segundo Skard (1972), pode resultar num excesso de apego da mãe às crianças, tendo como conseqüência crianças mal ajustadas emocionalmente. Esse mesmo autor mostrou que mães que trabalham irregularmente têm mais filhos delinqüentes do que aquelas que são empregadas regularmente. Esta situação ocorre com maior freqüência dentro da classe sócio-econômica baixa. Skard afirma, ainda, que a ausência de figura autoritária significativa pode levar a adoção de normas morais e sociais impróprias. Ressalta, no entanto, que a ausência dos pais por si só não pode explicar o mau ajustamento emocional dos filhos.

Estudando duas amostras, 50 delinqüentes internados em reformatório e 50 jovens normais, através de estudo de caso e entrevista, Misra (1977) verificou o papel da privação dos pais na etiologia da delinqüência. Os resultados indicam uma relação significativa entre privação dos pais e delinqüência. Foi constatado, também, que separação, negligência e privação de amor contribuíram para o desenvolvimento da delinqüência juvenil.

Carlsmith (1970) acrescenta que meninos com ausência do pai podem compensar traços femininos através de demonstração de extrema masculinidade, o que pode levar a atos delinqüentes.

Também Power, Ash, Schoenberg e Sirey (1974), num estudo de dados familiares de 222 não delinqüentes e 246 delinqüentes masculinos (11-14 anos), puderam concluir que 1) os delinqüentes provém significativamente em maior número de famílias desfeitas e com sérios problemas familiares (não devidos à vizinhança nem à escola) e 2), num seguimento de dois anos dos mesmos sujeitos delinqüentes, verificaram que, enquanto 25% dos delinqüentes de famílias normais ("ordinary") persistem no comportamento associativo, esse percentual se eleva para 33% no caso de famílias com problemas internos.

Ente ausência de pais e problemas familiares internos, estes últimos parecem ser mais prevalentes no desencadear da delinqüência. Com efeito, Hepburn (1977) testou três modelos alternativos para a explicação das causas da delinqüência, a saber o modelo da associação diferencial de Sutherland, a teoria do controle social dos Gluecks e a teoria do controle social de Hirschi. Através do estudo das correlações parciais entre as quatro variáveis comuns às três teorias - falta de suporte fa-

miliar, definições delinqüentes, associações delinqüentes e comportamento delinqüente - o autor pode concluir que o modelo de Hirschi, que acentua os problemas familiares, representava melhor os dados reais da pesquisa.

De fato, Duncan (1971), em levantamento das atitudes e interação de pais e filhos de 40 delinqüentes femininos e 20 não delinqüentes femininos, constatou, da parte de pais de filhas delinqüentes, maior rejeição, menor ajustamento parental e menor consistência disciplinar. Igualmente, Colbert (1976), estudando a situação familiar de 20 alunos com comportamentos indisciplinados ("disruptive") e 21 sem ação disciplinar formal de escola secundária da Flórida, verificou haver maior compreensão ("understanding") entre pais e filhos sem problemas de disciplina na escola. Em Toronto, Wilgosh e Paitich (1974), com uma amostra de 186 delinqüentes e seus pais, puderam mostrar que, acima de dados sócio-econômicos, é a interação familiar a que afeta decisivamente a origem da delinqüência. Essa interação familiar se situa sobretudo no comportamento dos pais relacionado com disciplina inadequada e falta de interação afetiva com os filhos. Também na Austrália, Feather e Cross (1975), utilizando a "Rokeach Value Survey" para avaliar o ego, o pai e a mãe, com 82 delinqüentes masculinos e 82 não delinqüentes (12-17 anos), constataram mais discrepâncias em valores terminais entre pais e filhos delinqüentes, bem como maior discrepâncias entre os próprios pais de filhos delinqüentes, numa série de valores medidos pela mesma escala de Rokeach.

Finalmente, Dawes (1973), num levantamento sociológico e utilizando análise de trajetória, com uma amostra de 640 estudantes (9-12 séries) e de dois centros de acompanhamento de evadidos escolares, da North Dakota, verificou as seguintes correlações parciais entre delinqüência e

- orientação para com os outros: 0,43
- relação pais e filhos : 0,41
- identificação dos filhos com outras pessoas : 0,39
- delinqüência dos pais : 0,22,

sendo que essas variáveis mostraram uma correlação múltipla de 0,61 com a delinqüência. Resulta disso que fatores interinos da família são preponderantes na compreensão do fenômeno da origem da delinqüência juvenil.

O modelo integrativo explicativo da etiologia da delinqüência aqui proposto parece permitir a compreensão de todos os dados levantados pelas pesquisas na área. Evita, ademais, as dificuldades que vieses teóricos podem acarretar na explicação do fenômeno da delinqüência quando insistem em explicar a etiologia do comportamento associativo de jovens em função de certos fatores restritos em detrimento de outros. O modelo permite superar essas dificuldades, alertando para a complexidade do fenômeno e dos fatores envolvidos e para as possíveis e prováveis interações entre os mesmos fatores na sua atuação que permite desembocar no desencadeamento do comportamento delinqüente. Embora os presentes autores tenham seus vieses quanto à preponderância de certos fatores sobre outros no desenlace do comportamento associativo, o modelo não decide sobre esta questão, que deverá ser abordada com estudos empíricos, e de preferência multifatoriais, que permitam análises de tipo regressão múltipla e de trajetória.

REFERÊNCIAS

- BLAKELY, B., STEPHENSON, P. S., & NICHOL, H. (1974). Social factors compared in a random sample of juvenile delinquents and controls. *Intern. Journal of Social Psychiatry*, 20 (3-4), 203-217.
- BECKER, H. S. (1963). *Outsiders: Studies in the sociology of deviance*. New York: Free Press.
- CHAMBLISS, W. (1964). A sociological analysis of the law of vagrancy. *Social Problems*, 11, 67-77.
- CARLSMITH, L. (1970). Effect of early father absence on scholastic aptitude. In L. Reblsky and F. Dorman (Eds.). *Child development and behavior*. New York: A. A. Knopf.
- CLOWARD, R. A & OHLIN, L. E. (1960). *Delinquency and opportunity*. New York: Free Press.
- COHEN, A. K. (1955). *Delinquent boys: The culture of the gang*. New York: Free Press.
- COHEN, A. K. (1965). the sociology of the deviant act: Anomie theory and beyond. *American Sociological Review*, 30, 5-14.
- COLBERT, C. B. (1976). An investigation of interpersonal understanding between disruptive and nondisruptive adolescents and parents. *Psychological Abstracts International*, 7944A
- CORTES, J. B. & GATTI, F. M. (1972). *Delinquency and crime: A biopsychosocial approach*. New York: Seminar Press.
- DAWES, K. J. (1973). Family relationships, reference others, differential identification and their joint impact on juvenile delinquency. *Psychological Abstracts International*.
- DUNCAN, P. (1971). Parental attitudes and interactions in delinquency. *Child Development*, 42, 1751-1765.
- EYSENCK, H. J. (1970). Crime and personality: An empirical study of the three-factor theory. *British Journal of Criminology*, 10, 225-239.
- FANNIN, L. & CLINARD, M. B. (1965). Differences in the conception of self as male among lower and middle class delinquents. *Social Problems*, 13, 205-214.
- FEATHER, N. T. & CROSS, D. G. (1975). Value systems and delinquency: Parental and generational discrepancies in value systems for delinquent and

- non-delinquent boys. *British Journal of Social and Clinical Psychology*, 14(2), 117-129.
- FISHBEIN, M. & AJZEN, I. (1975). *Belief, attitude, intention, and behavior: An introduction to theory and research*. Reading, Mass.: Addison-Wesley.
- GALLIHER, J. F. & McCARTNEY, J. L. (1973). The influence of funding agencies on juvenile delinquency research. *Social Problems*, 21, 77-90.
- GARFINKLE, H. (1968). *Studies in ethnomethodology*. New York: Prentice-Hall.
- GIBBS, J. P. (1966). Conceptions of deviant behavior: The old and the new. *Pacific Sociological Review*, 9, 9-14.
- GLUECK, S. & GLUECK, E. (1950). *Unraveling juvenile delinquency*. New York: Harper and Row.
- GLUECK, S. & GLUECK, E. (1968). *Delinquents and non delinquents in perspective*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- GOFFMAN, E. (1963). *Stigma: Notes on the management of spoiled identity*. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall.
- GOULDNER, A. W. (1968). The sociologist as partisan: Sociology and the welfare state. *American Sociologist*, 3, 103-116.
- GOVE, W. R. (1970). Societal reaction as an explanation of mental illness: An evaluation. *American Sociological Review*, 35, 873-884.
- HEPBURN, J. R. (1977). Criminology: Testing alternative models of delinquency causation. *The Journal of Criminal Law and Criminology*, 67, (4), 450-460.
- HIRSCHI, T. (1969). *The causes of delinquency*. Berkeley, Calif.: University of California Press.
- HIRSCHI, T. (1973). Procedural rules and the study of deviant behavior. *Social Problems*, 21, 159-173.
- JARVIK, L. F., KLODIN, V., & MATSUYANA, S. S. (1973). Human aggression and the extra y chromosome: Fact or fantasy? *American Psychologist*, 28, 674-682.
- JARVIS, G. K. & MESSINGER, H. B. (1974). Social and economic correlates of juvenile delinquency rates: A Canadian case. *Canadian Journal of Criminology and Corrections*, 16 (4), 361-372.
- LANGLEY, M. H. (1972). The juvenile court: The making of a delinquent. *Law and Society Review*, 7, 273-298.

- LEMERT, E. (1951). *Social pathology*. New York: McGraw-Hill.
- LEMERT, E. (1972). *Human deviance, social problems and social control*. 2nd ed. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall.
- LORENZ, K. (1967). *On aggression*. New York: Bantam Books.
- MANKOFF, M. (1971). Societal reaction and career deviance: A critical analysis. *Sociological Quarterly*, 12, 204-218.
- MARINO, C D. & McCOWAN, R. J. (1976). The effects of parent absence on children. *Child Study Journal*, 6, 165-182.
- MATZA, D. (1964). *Delinquency and drift*. New York: John Wiley.
- McCARTNEY, J. L. (1974). A review of recent research in delinquency and diviance. *Journal of Operational Psychology*, 5 (2), 52-68.
- McCORD, J. & McCORD, W. (1958). The effect of parental role model on criminality. *Journal of Social Issues*, 14, 66-75.
- MISRA, S. S. (1977). Juvenile delinquency and parental deprivations. *Indian Journal of Clinical Psychology*, 4 (1), 69-73.
- NIMH (National Institute of Mental Health - 1970). Report on the XY chromosomal abnormality. Washington, D. C: U. S. Government Printing Office.
- POWER, M. J., ASH, P. M., SCHOENBERG, E., & SIREY, E. C (1974). Delinquency and the family. *British Journal of Social Work*, 4 (1), 13-38.
- QUINNEY, R. (1970). *The problem of crime*. New York: Dodd, Mead and Co.
- RECKLESS, W. C (1967). Pioneering with self-concept as a vulnerability factor in delinquency. *Journal of Criminal Law, Criminology, and Police Science*, 58, 515-523.
- RECKLESS, W. C, DINITZ., & KAY, B. (1957). Self-component in potential delinquency and non-delinquency. *American Sociological Review*, 22, 566-570.
- ROBY, P. (1969). Politics and criminal law: A revision of the New York state penal law on prostitution. *Social Problems*, 17, 83-109.
- SCHEFF, T. J. (1964). The societal reaction to deviance: Ascriptive elements in the psychiatric screening of mental patients in a mid western state. *Social Problems*, 11, 401-413.
- SCHERVISH, P. G. (1973). The labeling perspective: Its bias and potential in the study of political deviance. *American Sociologist*, 8, 47-57.

- SCHUTZ, A. (1953). Commonsense and scientific interpretation of human action. *Philosophy and Phenomenological Research*, 14, 1-38.
- SKARD, A. G. (1972). Maternal deprivation: The research and its implications. In J. F. Rosenblith, Q. Allinsmith and J. Williams (Eds), *Readings in child development: Causes of behavior*. New York: Wiley and Sons.
- SKOLNICK, J. H. (1966). *Justice without trial: Law enforcement in democratic society*. New York: John Wiley and Sons.
- SMITH, R. M. & WALTERS, J. (1978). Delinquent and non-delinquent males, perceptions of their parents. *Adolescence*, 13 (49), 21-28.
- SUTHERLAND, E. H. & CRESSEY, D. R. (1966). *Principles of criminology*. Philadelphia J. P. Lippincott.
- TANNENBAUM, F. (1938). *Crime and the community* New York: Ginn.
- TURK, A. T. (1966). Conflict and criminality. *American Sociological Review*, 31, 338-352.
- VINSON, T. & HOMEL, R. (1975). Crime and disadvantage: The coincidence of medical and social problems in an Australian city. *British Journal of Criminology*, 75(1), 21-31.
- WEST, D. J. (1973). *Who becomes delinquent?* London: Heinemann.
- WILGOSH, L. & PAITICH, D. (1974). Juvenile offenders, grouped according to type of delinquent behaviour and their parents: Intelligence, achievement, and family interaction. *Canadian Journal of Criminology and Corrections*, 16(1), 68-76.
- WILSON, H. (1975). Juvenile delinquency, parental criminality and social handicap. *British Journal of Criminology*, 15(3), 241-250.

Texto recebido em 21/4/87